

Quinta-feira, 12 de março de 1987 — GAZETA MERCANTIL

Nacional

DEBATE *Econ. Brasil*

Economistas divergem sobre a intensidade da desaceleração em 1986

por Célia de Gouveia Franco
de São Paulo

O processo de desaceleração econômica não é geral. É certo que setores industriais — como de confecções, móveis e decorações e construção civil —, que lideraram a expansão de produção no ano passado, depois do Plano Cruzeiro, (até porque não estavam submetidos a rígidos controles de preços), já dão sinais de forte desaquecimento, que deverá ser acompanhado de demissões.

Como contraponto à essa situação, no entanto, existem setores que, por falta de insumos ou por estarem sem margem de lucro, não aumentaram sua produção no ano passado e que agora podem estar em condições, depois do processo de realinhamento de preços, de expandir seu nível de atividade.

É com base nessa análise que Marcelo Antinori, secretário adjunto da Administração do governo do Estado de São Paulo e professor licenciado da FGV, apostava que o Brasil fechará o ano de 1987 com crescimento do PIB, não semelhante ao registrado nos dois últimos anos, mas na faixa dos 4 a 5%, que classifica perfeitamente aceitável.

Evidentemente, ele não descarta a forte possibilidade de "quebra" de muitas empresas. Essa provável crise de liquidez atingirá basicamente as pequenas e médias empresas que, diante do aumento do consumo no ano passado, decidiram elevar sua capacidade de produção e, para isso, levantaram empréstimos junto ao setor bancário. Esse quadro prevê ainda uma relativa estabilização das taxas de inflação, sem o risco de uma hiperinflação. E a explicação para essa expectativa é semelhante: a desceleração dos níveis de consumo tende a provocar uma redução nos preços reais dos setores que, no ano passado, estiveram fora de controles rígidos, compensando, ao menos parcialmente, o im-

pacto dos pesados reajustes de preços das empresas antes congelados.

Antinori pondera, porém, que essas previsões podem ser afetadas por alguns fatores. Como uma eventual decisão de acabar com o "gatilho" salarial, o que, em sua opinião, desencadearia um processo "devastador" da parte dos trabalhadores. Outro "perigo" é o nível das taxas de juro, que deve ser positivo, *em termos reais*, para evitar uma hiperinflação. E, finalmente, o corte nos fluxos internacionais de mercadorias, em um momento em que a economia brasileira está desorganizada, levaria ao "caos".

Essa expectativa de Antinori foi parcialmente contestada por outro participante, ontem, de um debate promovido pelo Conselho Regional de Economia de São Paulo, Joaquim Elói Cirne de Toledo, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Para ele, o processo de desaceleração levará inevitavelmente a uma recessão, com uma queda do PIB ou no máximo um crescimento de 1% neste ano.

Toledo acredita que qualquer política econômica que seja adotada terá poucos efeitos sobre a situação do País e que o máximo que o governo poderia fazer seria adotar medidas que evitem uma hiperinflação com uma hiperrecessão. Para isso, sua receita recomenda uma política monetária mais ortodoxa, com a manutenção das taxas de juro em níveis positivos, acompanhada por uma política fiscal menos ortodoxa. Assim, ele endossa o que seria uma sugestão do professor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, Carlos Longo, de que os preços públicos devem ser controlados rigidamente, mesmo com o risco de aumento do déficit público. Como complemento, sugere menos impostos e cortes nos gastos públicos, mas não nos investimentos.